



## CONSELHO GERAL

Tomada de posição sobre a proposta de rede escolar para o ano letivo 2015 - 2016.

Cc

MEC

DGesTE

Assembleia da República

Comunicação Social

Autarquia

Assembleia Municipal

Exmo. Sr.

Tendo tomado conhecimento da proposta de Rede Escolar para o Concelho de Caldas da Rainha, resultante de reunião realizada na DGeSTE, em 24 de março do corrente ano, os membros do Conselho Geral mostraram grande preocupação pela opacidade de que se revestem algumas das situações e manifestaram o seu desacordo relativamente a alguns dos cenários que tal proposta configura, de que resultam claros prejuízos para os estabelecimentos de ensino público do concelho. Na análise que fizeram da proposta tiveram em conta os seguintes aspetos:

1. Os imperativos constitucionais impõem ao Estado o dever de criar e manter uma rede de estabelecimentos públicos de ensino que cubra as necessidades de toda a população, prevendo a lei que só nos casos em que a rede pública se manifeste insuficiente se deve recorrer aos contratos de associação. Em consequência, está o mesmo Estado obrigado pela legislação em vigor a reavaliar periodicamente a rede escolar a fim de decidir, em nome do interesse público, se a renovação desses contratos se justifica.
2. Mantêm-se na rede pública dois colégios privados (D. Leonor, em Caldas da Rainha, e Frei Cristóvão, em A-dos-Francos), com contrato de associação a que estão atribuídas turmas de 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e ensino secundário em número que nos parece ultrapassar o que seria

expectável, tendo em conta a atual população escolar e as capacidades dos estabelecimentos públicos. E no caso do ensino secundário há ainda a considerar duas agravantes que causam perplexidade: o facto de as escolas públicas ficarem sem saber quantas turmas vão ser contratualizadas com o Colégio D. Leonor e a novidade pouco auspiciosa que representa a atribuição de duas turmas ao Colégio Frei Cristóvão, neste caso com prováveis implicações negativas não só nas escolas públicas do concelho, sobretudo no Agrupamento de Escolas Rafael Bordalo Pinheiro, mas também dos concelhos limítrofes.

3. Desde 2005, ano em que se constituíram os dois colégios para suprir necessidades existentes exclusivamente no âmbito do ensino básico (2.º e 3.º ciclos), as escolas públicas têm sido afetadas com a redução do número de turmas devido ao encaminhamento de alunos para esses colégios, não só para integrarem turmas do ensino básico, mas também do ensino secundário, situação que agora se agrava com a abertura das duas turmas no colégio Frei Cristóvão.

4. O colégio Frei Cristóvão absorve já uma parte significativa dos alunos do 3.º ciclo das escolas mais próximas, diminuindo o número de alunos candidatos ao 3.º ciclo no Agrupamento de Escolas Rafael Bordalo Pinheiro. Esta atribuição de duas turmas ao colégio Frei Cristóvão vem agravar ainda mais as dificuldades de funcionamento do Agrupamento, já de si complicadas pela distância entre a escola-sede e os restantes estabelecimentos, sobretudo a Escola Básica de Sta Catarina, desviando os alunos do seu percurso natural dentro do agrupamento e, provavelmente, acentuando o definhamento desta escola básica, definhamento esse que motivou já a intervenção preocupada do representante da autarquia em sede de Conselho Geral.

5. Aquilo que, nos termos da lei, o Estado financia com os contratos de associação não é a liberdade de escolha, mas sim um bem superior que é a realização do direito de todos ao acesso à Educação, recorrendo àqueles instrumentos contratuais em localidades onde a oferta é insuficiente. Havendo vagas nas escolas da rede pública, estes contratos deixam de fazer sentido.

6. A ESRBP dispõe de instalações, laboratórios e equipamentos com elevados padrões de qualidade, fruto de investimento recente de mais de 10 milhões de euros, ...que compete ao Estado rentabilizar, atribuindo-lhe as turmas que ela comporta e não apenas as que sobram da distribuição por colégios privados. Ora, esta proposta de rede escolar promove o agravamento da situação de subaproveitamento de instalações e recursos que se tem verificado desde há muito e que irá acentuar-se, uma vez que é expectável uma diminuição do número de alunos, visível já

de forma evidente nos primeiros anos de escolaridade, o que também está a afetar de forma preocupante o agrupamento.

7. Na atual conjuntura, de severas restrições orçamentais, há que ter como objectivo o equilíbrio das contas públicas, devendo o poder político garantir um adequado exercício de racionalização da gestão dos recursos financeiros públicos. No caso do concelho, esse objectivo consegue-se com a rentabilização dos recursos disponíveis nas escolas públicas, evitando a duplicação de despesa com a contratualização de turmas para as quais a oferta pública é suficiente.

Não está em causa o direito à livre iniciativa privada, porém não podemos deixar de considerar que esta apenas deve ser suportada pelos contribuintes onde a escola pública não existe ou é manifestamente insuficiente, o que não é o caso do concelho de Caldas da Rainha.

Face ao exposto, o Conselho Geral do Agrupamento de Escolas Rafael Bordalo Pinheiro, em reunião de 11 de maio de 2015, considerou que proposta carece de justificação e deliberou solicitar a V. Exa se digne esclarecer os fundamentos da atribuição das referidas turmas ao colégio Frei Cristóvão, assim como informar sobre as turmas do ensino secundário que estão previstas para funcionar no colégio D. Leonor.

Aprovado pelo Conselho Geral em 11 de maio de 2015

A presidente do Conselho Geral,  
Maria Manuela Silveira Silva